

GESTÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GENERAL SAMPAIO DOS ANOS DE 2013 A 2023

MANAGEMENT OF SOCIAL SECURITY RESOURCES OF THE MUNICIPAL SOCIAL SECURITY SYSTEM OF GENERAL SAMPAIO FROM 2013 TO 2023

João Vianey Santos Luz¹
Milton Jarbas Rodrigues Chagas²

RESUMO: O presente trabalho teve o intuito de compreender o processo de gestão e distribuição das contribuições do Regime Próprio de Previdência Social no município de General Sampaio, respeitando a Constituição Federal Brasileira e a lei orgânica municipal, com o enfoque de analisar a sustentabilidade financeira presente e futura, comparando dados da gestão anterior com a gestão atual. Sendo assim, indagou-se a seguinte questão problema: Quais os impactos positivos e negativos do RPPS do município de General Sampaio gerido pelo GSPREV, administrativamente do ano de 2013 a 2023, e a segurança financeira para a concessão de benefícios previdenciários futuros? Para dar fundamentação à questão problema, os dados apresentados fazem uma comparação entre duas gestões diferentes, analisando o superávit ou déficit financeiro em cada período, do qual se utilizou as pesquisas bibliográficas e documentais para embasamento dos dados. Sendo assim, os dados sugerem que a primeira gestão (2013-2016) teve um desempenho financeiro superior à segunda gestão (2017-2023), apresentando um superávit consideravelmente maior e mais consistente ao longo do período. A segunda gestão, por sua vez, enfrentou dificuldades financeiras em diversos anos, resultando em um déficit acumulado significativo, como, identificação de fragilidades na gestão financeira, necessidade de ajustes na política previdenciária, impactos positivos na concessão de benefícios, etc. Os resultados obtidos demonstram a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos previdenciários, a importância da atualização periódica da legislação previdenciária, a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira do sistema a longo prazo.

1051

Palavras-chave: Regime Próprio de Previdência Social. GSPREV. Gestão previdenciária. Sustentabilidade financeira. Município de General Sampaio.

¹Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

²Orientador do curso de graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - UnB.

ABSTRACT: The present study aimed to understand the management and distribution process of contributions to the General Sampaio's Municipal Social Security System (RPPS), in compliance with the Brazilian Federal Constitution and the municipal organic law, focusing on analyzing current and future financial sustainability. It compared data from previous and current administrations. Thus, the following problem was raised: What are the positive and negative impacts of the RPPS of General Sampaio, managed by GSPREV, from 2013 to 2023, and the financial security for future pension benefits? To address the problem, data were presented comparing two different administrations, analyzing the financial surplus or deficit in each period. Bibliographic and documentary research supported the data. The findings suggest that the first administration (2013-2016) had a superior financial performance compared to the second administration (2017-2023), presenting a significantly larger and more consistent surplus over time. The second administration, on the other hand, faced financial difficulties in several years, resulting in a significant accumulated deficit, including the identification of weaknesses in financial management, the need for adjustments in pension policy, and positive impacts on the granting of benefits. The results demonstrate the need for more efficient management of pension resources, the importance of periodic updates to pension legislation, and the necessity of ensuring the long-term financial sustainability of the system.

Keywords: Own Social Security System. GSPREV. Pension management. Financial sustainability. Municipality of General Sampaio.

INTRODUÇÃO

A previdência social é um segmento da seguridade social destinado a estabelecer um sistema de proteção social que objetiva proporcionar meios de subsistência ao segurado e sua família quando da perda permanente ou temporária da sua capacidade de trabalho. Assim, obrigatoriamente, submetidos a um tipo de regime previdenciário, visto que as receitas para a sustentação da previdência originam-se a partir do recolhimento obrigatório das contribuições previdenciárias dos trabalhadores em idade economicamente ativa (de 16 a 59 anos) e destinam-se ao pagamento de benefícios àqueles que necessitam de cobertura dos riscos sociais (KERTZMAN, 2011).

Sabe-se que o regime geral de previdência social que tem como órgão gestor o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, assim como a grande maioria dos 2.144 Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS atualmente existentes e ativos no Brasil, regimes estes de repartição simples, precisam de acompanhamento constante especialmente em relação à situação financeira e atuarial (APEPREM, 2023).

Abordando com mais atenção os RPPS, a gestão com comprometimento, observância e cumprimento às normas legais que norteiam os RPPS por parte dos gestores públicos, a capacitação e profissionalização dos dirigentes, conselheiros e demais atores da gestão do regime, são fundamentais para o alcance do equilíbrio das contas públicas e para a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes previdenciários no curto, médio e longo prazos, porém, apenas isso não basta (ITEN, 2023).

Os Regimes Próprios de Previdência Social têm como características o caráter contributivo, o equilíbrio financeiro atuarial e o caráter solidário. Estas características foram definidas pelas duas primeiras reformas constitucionais. O caráter contributivo e o equilíbrio financeiro atuarial foram postos pela Emenda Constitucional nº 20/98 e o caráter solidário, na Emenda Constitucional nº 41/03. O caráter contributivo diz respeito ao financiamento dos Regimes Próprios de Previdência Social. Esta característica reforçou a natureza securitária dos Regimes Próprios, uma vez que só há concessão de benefícios se houver a respectiva contribuição.

A outra característica, o equilíbrio financeiro atuarial, visa assegurar a saúde financeira do regime. A expressão “equilíbrio” remete à equação contábil receitas versus despesas. Na questão previdenciária, caso haja um déficit, o ente federado terá que aportar recursos para garantir o pagamento dos benefícios. Se houver um superávit, por analogia ao disposto no artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, de duas, uma: ou se aumentam os benefícios ou diminuem as contribuições.

Conforme a Revista Direitos Fundamentais e Democracia, o conceito de equilíbrio financeiro refere-se à suficiência das contribuições arrecadadas para cobrir todos os benefícios devidos em um determinado exercício financeiro. Ou seja, é uma análise pontual, restrita a um período específico.

Já o equilíbrio atuarial, por sua vez, adota uma perspectiva de longo prazo, considerando as expectativas de contribuições e benefícios ao longo de um período mais extenso. Dessa forma, o equilíbrio atuarial busca garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, assegurando que os recursos disponíveis sejam suficientes para honrar os compromissos assumidos com os beneficiários, mesmo em um horizonte temporal mais amplo.

Assim, o equilíbrio atuarial obedece à lógica elementar de que o valor cobrado deve cobrir os custos inerentes à operação. Destarte, o estudo atuarial para o cálculo das contribuições requer a aplicação de algum princípio de equivalência entre as obrigações das partes indicadas na relação jurídica previdenciária.

Por fim, o caráter solidário, que já existia implicitamente na Constituição de 1988, desde sua redação original, ganhou declaração expressa com a redação do artigo 40 dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 (MARINHO, 2017).

O município cearense de General Sampaio, com uma extensão territorial de 206,198 km², abriga uma população de 6.734 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022. Apesar de sua área considerável, o município apresenta uma densidade populacional relativamente baixa, o que caracteriza um perfil mais rural.

Para garantir a segurança financeira dos seus servidores públicos, General Sampaio instituiu o GSPREV – General Sampaio Previdência, através da Lei Municipal nº 372/2004. Esse regime previdenciário próprio, que entrou em vigor em janeiro de 2005, tem como objetivo principal a gestão dos recursos previdenciários dos servidores municipais, assegurando o pagamento de benefícios como aposentadoria e pensão por morte.

1054

Com a criação do GSPREV, o município de General Sampaio demonstrou seu compromisso com a proteção social dos seus servidores, buscando garantir a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário e a segurança dos benefícios para os servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O objetivo principal deste estudo é analisar a saúde financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de General Sampaio no período compreendido entre 2013 e 2023. Para tanto, buscar-se-á: (i) conceituar o RPPS e identificar seus impactos na gestão municipal, com foco nos desafios e oportunidades do sistema previdenciário do município em questão; (ii) comparar os montantes das contribuições arrecadadas nas gestões anteriores e atual, a fim de identificar possíveis tendências e variações; e (iii) avaliar a sustentabilidade financeira do RPPS nos próximos anos, considerando as projeções atuariais e os cenários econômicos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS é um sistema de previdência social instituído por entes federativos para garantir benefícios aos seus servidores. A Constituição Federal, em seu artigo 40, estabelece os princípios básicos desse regime, que se diferencia do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) pela sua natureza contributiva e pela gestão específica de cada ente federativo.

Os gastos com o RPPS têm apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, pressionando as contas públicas. Esse crescimento é influenciado por diversos fatores, como o envelhecimento da população, a concessão de benefícios mais generosos e a falta de planejamento adequado. A sustentabilidade do sistema previdenciário, portanto, tornou-se um desafio crucial para os gestores públicos.

Estudos anteriores sobre o tema evidenciam a importância de analisar os RPPS sob diferentes perspectivas, considerando aspectos como a gestão financeira, a atuação dos órgãos gestores e o impacto na qualidade dos serviços públicos.

O crescimento exponencial dos gastos com o RPPS nos últimos anos tem gerado uma pressão significativa sobre os orçamentos públicos. A combinação de fatores como o envelhecimento da população, a concessão de benefícios mais generosos e a falta de planejamento adequado tem contribuído para o desequilíbrio financeiro de muitos regimes. Essa situação tem levado à necessidade de implementação de medidas de ajuste, como aumentos das alíquotas contributivas, a elevação da idade mínima para aposentadoria e a adoção de cálculos atuariais mais rigorosos. No entanto, essas medidas podem gerar impactos sociais e políticos significativos, exigindo um debate aprofundado sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário e a necessidade de encontrar soluções equilibradas que garantam a proteção social dos servidores públicos sem comprometer a saúde financeira dos entes federativos.

Cada Regime Próprio de Previdência Social tem sua própria unidade gestora que é a entidade ou órgão que faz parte da estrutura administrativa de cada ente federativo que possui a responsabilidade de administrar, gerir todas as operações do Regime Próprio, inclusive a arrecadação, assim como a gestão de seus recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção das aposentadorias, auxílios-doença e também pensões” (Leite, 2013).

Destaca-se um ponto crucial sobre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS): a existência de uma **unidade gestora** específica para cada ente federativo. Essa entidade é

responsável por toda a gestão do sistema previdenciário, desde a arrecadação até o pagamento dos benefícios. Cada RPPS possui sua própria unidade gestora, o que confere autonomia na gestão do sistema.

A unidade gestora tem um papel fundamental em todas as etapas do processo previdenciário, desde a arrecadação até a concessão e pagamento dos benefícios. A unidade gestora é responsável pela gestão dos recursos e fundos previdenciários, o que exige conhecimentos técnicos e especializados em finanças e atuária.

A gestão de um RPPS é complexa e exige uma série de conhecimentos técnicos e especializados. A citação evidencia a importância de que as unidades gestoras sejam equipadas com os recursos humanos e tecnológicos necessários para desempenhar suas funções de forma eficiente, ressalta a responsabilidade dos entes federativos pela gestão de seus respectivos RPPS. Isso significa que os governos estaduais e municipais devem garantir a sustentabilidade financeira e atuarial dos seus sistemas previdenciários.

Impacto da Previdência nas Contas Públicas:

O tema do impacto da previdência nas contas públicas é de fundamental importância para a discussão sobre a sustentabilidade das finanças públicas e o futuro do Estado de bem-estar social. A previdência social, enquanto direito fundamental, garante a proteção aos cidadãos em situações de incapacidade para o trabalho, idade avançada e perda do provedor da família. No entanto, o crescimento da expectativa de vida, a queda da taxa de fecundidade e a expansão dos benefícios previdenciários têm gerado um crescente desafio para a sustentabilidade financeira dos sistemas previdenciários em diversos países, incluindo o Brasil.

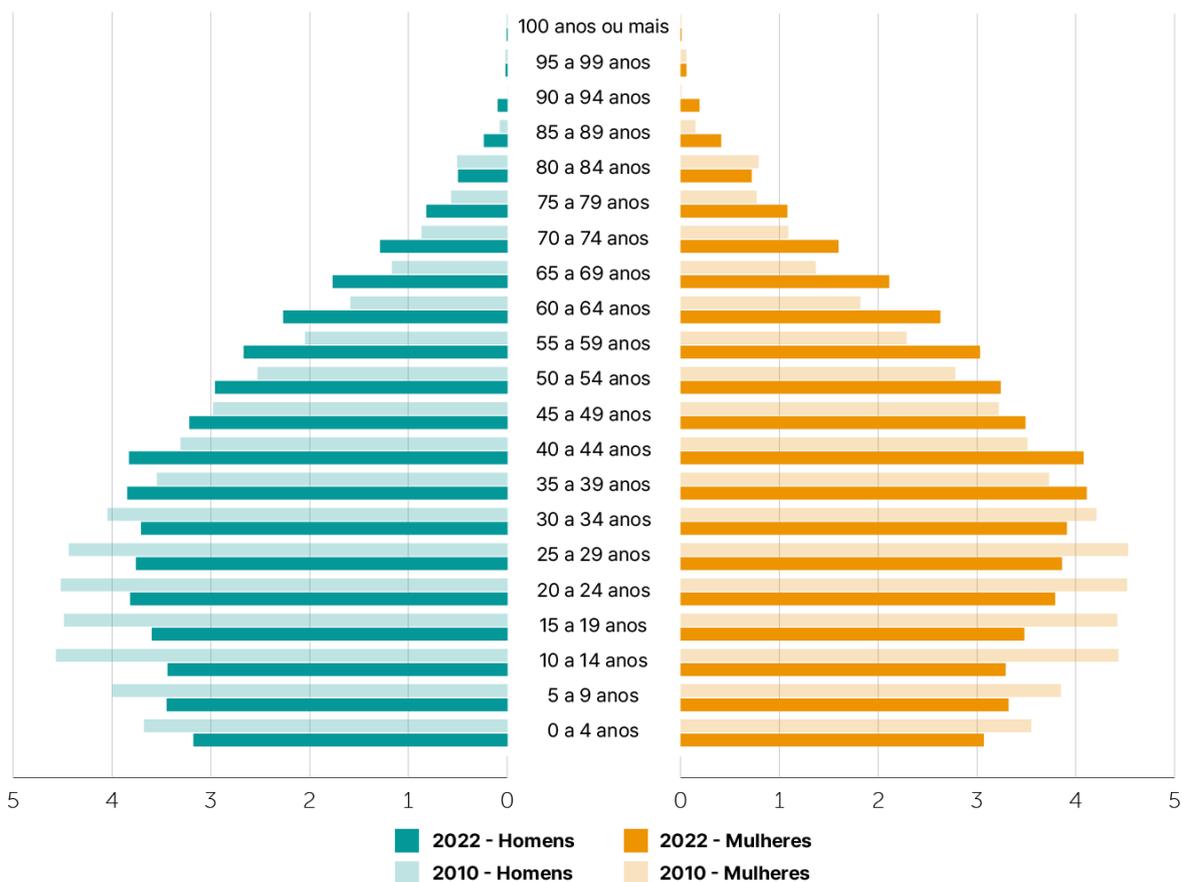
O gráfico 1 apresenta a pirâmide etária brasileira contendo informações sobre natalidade, idade média da população, longevidade, em um comparativo 2012 x 2021, de acordo com dados do IBGE.

Gráfico 1 - Representação da pirâmide etária brasileira.

Segue a pirâmide etária brasileira contendo informações sobre natalidade, idade média da população, longevidade, em um comparativo 2012 x 2021 (IBGE)

População residente no Brasil (%)

Segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022



Fontes: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo; IBGE - Censo Demográfico 2010

Fonte: IBGE

Os principais impactos da previdência nas contas públicas

Crescimento dos gastos: O aumento da expectativa de vida, a concessão de benefícios mais generosos e a ampliação da cobertura previdenciária têm levado a um crescimento constante dos gastos previdenciários, pressionando os orçamentos públicos.

Desequilíbrio entre receitas e despesas: A arrecadação previdenciária, muitas vezes baseada em contribuições sobre a folha de pagamento, pode não ser suficiente para cobrir os gastos com benefícios, gerando déficits previdenciários.

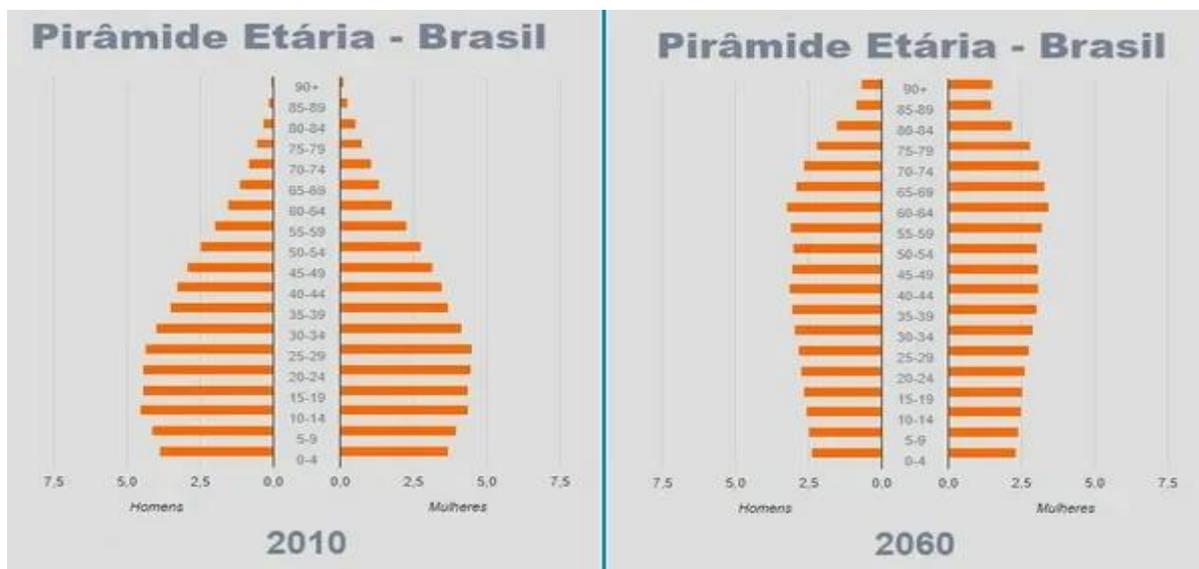
Concorrência com outros gastos públicos: O aumento dos gastos com a previdência pode reduzir os recursos disponíveis para investimentos em outras áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Risco de insolvência: Em casos extremos, o desequilíbrio financeiro dos sistemas previdenciários pode levar à sua insolvência, comprometendo a capacidade do Estado de cumprir suas obrigações com os beneficiários.

Envelhecimento da população: O aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade levam a um envelhecimento da população, aumentando a proporção de idosos e, consequentemente, o número de beneficiários da previdência.

O gráfico 2 apresenta as pirâmides demográficas com projeções para 2010 a 2060, segundo dados do IBGE.

Gráfico 2 - Pirâmides demográficas com projeções para 2010 a 2060.



Fonte: IBGE

As pirâmides etárias são ferramentas visuais poderosas para entender a estrutura da população de um país ao longo do tempo. Ao comparar as pirâmides de 2010 e 2060 do Brasil, podemos identificar algumas tendências importantes. A pirâmide de 2010 apresenta uma forma

clássica, com base larga (maior número de jovens) e ápice estreito (menor número de idosos). Essa forma indica uma população em crescimento, com altas taxas de natalidade e mortalidade. A base larga da pirâmide indica altas taxas de natalidade, ou seja, um grande número de crianças e jovens, o ápice estreito indica baixas taxas de expectativa de vida, com menor número de pessoas vivendo nas faixas etárias mais avançadas. Em resumo, as pirâmides etárias revelam uma transformação profunda na estrutura da população brasileira, com um envelhecimento progressivo e uma redução nas taxas de natalidade. Essas mudanças exigem um planejamento cuidadoso para garantir a qualidade de vida da população e a sustentabilidade do país.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada levando-se em consideração o município de General Sampaio, conforme a classificação e parceria com a Prefeitura Municipal. Os dados acerca das Receitas Orçamentárias do município foram obtidos, em planilhas no período de 2013 a 2023, do Fundo de Previdência do Municipal de General Sampaio. Adotou-se como critério de seleção amostral que a prefeitura disponibilizou, os Balanços Orçamentários em algum período, escopo deste trabalho, seriam excluídas da análise. Assim, foram selecionados 11 balancetes da receita do município e 06 planilhas de resumo financeiro que serão expostas em forma de gráficos no tópico análise de dados.

1059

A gestão dos recursos previdenciários em regimes próprios de previdência social (RPPS) é um assunto de grande relevância e complexidade, especialmente em municípios de médio porte como General Sampaio. Ao optar por uma abordagem metodológica bibliográfica e documental, construiremos para uma pesquisa sólida e fundamentada, capaz de contribuir com o debate sobre a sustentabilidade e eficiência desses sistemas.

Fundamentação teórica

A revisão bibliográfica é o primeiro passo para construir a base teórica da pesquisa. É fundamental que se aprofunda os conhecimentos sobre: Conceitos e princípios da previdência social; Características dos RPPS; Desafios enfrentados pelos RPPS; boas práticas de gestão de recursos previdenciários; Legislação pertinente (Constituição Federal, Lei nº 9.717/98, etc.).

Coleta e Análise de Documentos

Balanços e demonstrações contábeis do RPPS de General Sampaio nos anos de 2013 a 2023; Relatórios atuariais; Planos de custeio e financiamento; Atas de reuniões dos conselhos deliberativos e fiscalizadores; Legislação municipal relacionada ao RPPS; Contratos e convênios; Relatórios de auditoria. Notícias e artigos de jornais e revistas locais; Relatórios de órgãos de controle (Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público); Estudos e pesquisas realizados por outras instituições sobre o tema.

A análise dos documentos coletados deve ser realizada de forma sistemática, buscando identificar padrões, tendências e evidências que permitam responder às suas questões de pesquisa.

Cálculo de indicadores financeiros (relação entre receitas e despesas, índice de cobertura, etc.); Análise de séries temporais para identificar tendências e padrões; Utilização de softwares estatísticos para a análise de dados.

Dessa forma, para a condução do processo de inferência realizado nesta seção do estudo, serão considerados os dados do segundo material cedido pela Prefeitura Municipal de General Sampaio (Relatório Anual de Finanças, 2022). Os resultados desse relatório permitirão uma análise mais aprofundada das políticas públicas implementadas no município.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Gestão dos Recursos Previdenciários do Município de General Sampaio (2013-2023)

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a gestão dos recursos previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de General Sampaio no período de 2013 a 2023. Para tanto, foram empregadas as metodologias bibliográfica e documental, com a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos.

A primeira etapa da análise consistiu na organização dos dados coletados, os quais foram sistematizados em tabelas e gráficos para facilitar a visualização e interpretação. Em seguida, foram realizadas análises quantitativas, com o cálculo de indicadores financeiros como a relação entre receitas e despesas, o índice de cobertura e a projeção da dívida atuarial. A análise qualitativa, por sua vez, concentrou-se na interpretação dos documentos e na identificação de padrões e tendências.

A pesquisa realizada permitiu identificar os principais desafios enfrentados pela gestão dos recursos previdenciários do Município de General Sampaio no período analisado. Os resultados obtidos evidenciam a necessidade de adoção de medidas urgentes para garantir a sustentabilidade financeira do RPPS e a proteção dos direitos dos servidores públicos.

A seguir, a tabela 1 apresenta os valores das receitas e despesas em valores absolutos e consequentemente o superávit ou déficit do exercício, relativos ao Regime de Previdência Próprio do município.

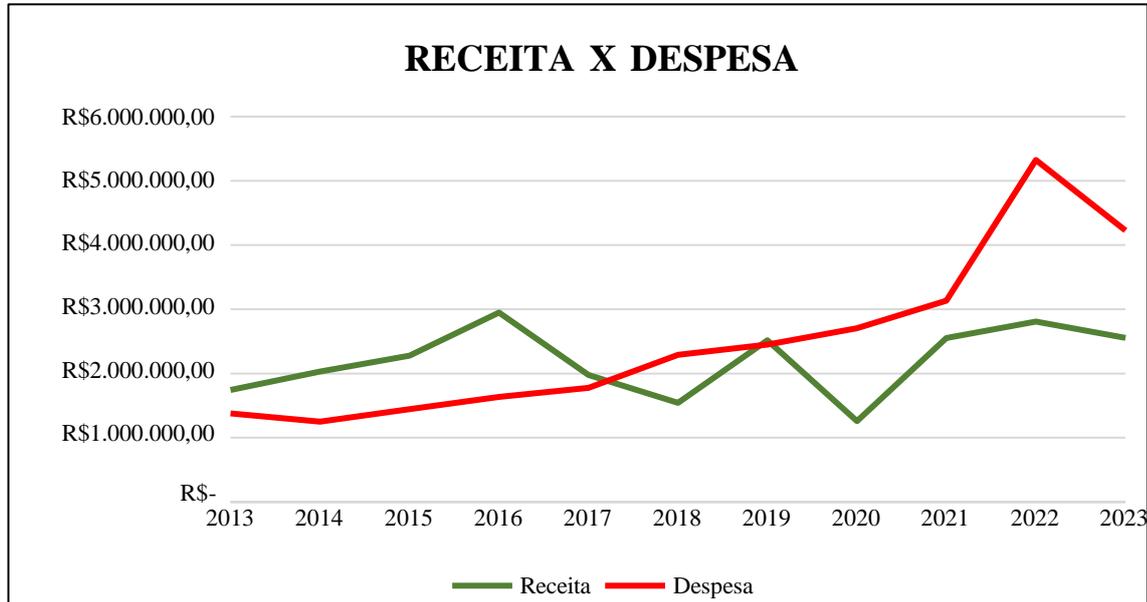
Tabela 1 - Receita e Despesa RPPS (R\$)

RECEITA X DESPESA				
AN O	RECEITA	DESPESA	SALDO	
2013	R\$ 1.744.241,56	R\$ 1.376.191,11	R\$ 368.050,45	
2014	R\$ 2.032.694,03	R\$ 1.248.435,14	R\$ 784.258,89	
2015	R\$ 2.281.355,77	R\$ 1.442.778,84	R\$ 838.576,93	
2016	R\$ 2.955.996,61	R\$ 1.633.905,51	R\$ 1.322.091,10	
2017	R\$ 1.977.046,16	R\$ 1.775.757,59	R\$ 201.288,57	
2018	R\$ 1.542.211,17	R\$ 2.288.853,54	-R\$ 746.642,37	
2019	R\$ 2.522.453,85	R\$ 2.449.882,74	R\$ 72.571,11	
2020	R\$ 1.255.243,50	R\$ 2.704.167,07	-R\$ 1.448.923,57	
2021	R\$ 2.556.833,91	R\$ 3.133.077,72	-R\$ 576.243,81	
2022	R\$ 2.814.466,63	R\$ 5.325.931,41	-R\$ 2.511.464,78	
2023	R\$ 2.559.322,86	R\$ 4.226.167,81	-R\$ 1.666.844,95	

Fonte: elaborado pelo autor

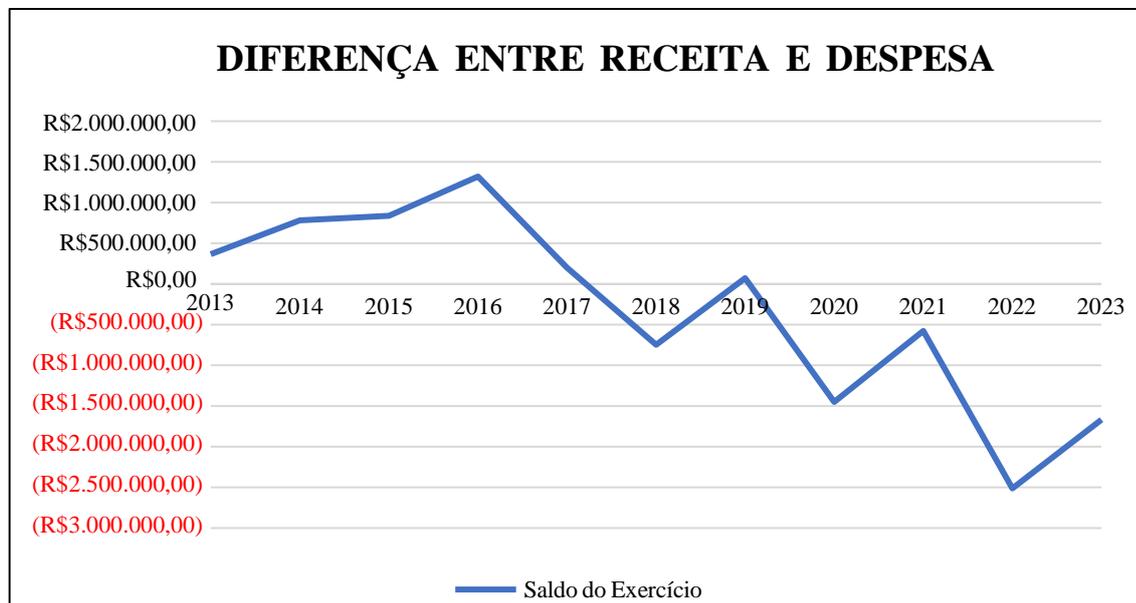
O gráfico 3, por sua vez, apresenta as variações das receitas e despesas relativas ao Regime Próprio de Previdência do município, enquanto o gráfico 4 demonstra especificamente o dado relativo ao saldo resultante da diferença entre as receitas e as despesas registradas durante o período estudado.

Gráfico 3 – Comparativo entre Receita e Despesa



Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 4 – Saldo do Exercício



Fonte: elaborado pelo autor

As receitas anuais apresentaram um crescimento significativo ao longo dos anos, com algumas oscilações entre os períodos, podemos também analisar que as despesas também

aumentaram consideravelmente ao longo do período analisado, superando as receitas em alguns anos. A partir de 2018, a entidade passou a apresentar saldos negativos, indicando que as despesas excederam as receitas nesses anos. Essa tendência se intensificou nos últimos anos, culminando em um saldo negativo considerável em 2023. Os gráficos complementam a análise numérica, proporcionando uma visualização clara da evolução das receitas, despesas e saldos ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a gestão dos recursos previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de General Sampaio no período de 2013 a 2023. Os resultados obtidos evidenciaram um crescimento constante dos gastos previdenciários, uma baixa arrecadação e um déficit atuarial crescente.

Os desafios encontrados na gestão do RPPS de General Sampaio são similares aos enfrentados por outros municípios brasileiros, como a necessidade de equilibrar as receitas e despesas, a falta de recursos financeiros e a necessidade de atualização da legislação previdenciária.

A pesquisa contribui para o conhecimento sobre a realidade dos RPPS em municípios de pequeno porte, evidenciando a importância de uma gestão eficiente e transparente dos recursos previdenciários. Além disso, os resultados desta pesquisa podem servir como base para a elaboração de políticas públicas mais adequadas para garantir a sustentabilidade dos sistemas previdenciários municipais.

Os resultados deste estudo apontam para a necessidade de pesquisas futuras mais aprofundadas sobre a gestão previdenciária no município. Um estudo comparativo entre diferentes municípios, uma análise mais detalhada do impacto das reformas previdenciárias e uma avaliação da percepção dos servidores públicos em relação ao RPPS poderiam complementar os achados desta pesquisa, permitindo uma compreensão mais abrangente do tema. O período analisado, embora relevante, pode não ser suficiente para capturar todas as nuances da gestão previdenciária local.

REFERÊNCIAS

ITEN, Cláudia Fernanda. Regimes Próprios: Aspectos Relevantes. São Bernardo do Campo: APEPREM, 2023 17^o Volume.

KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário. 8. ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.

LEITE, João de Carvalho. Regime Próprio de Previdência – Perguntas e Respostas. Regime Próprio, 2013. Disponível em: <https://www.regimeproprio.com.br/perguntao.rpps.janeiro_2013.htm> Acesso em: 16 de junho de 2023.

MARINHO, Ricardo Aurélio Madeira. Características dos Regimes Próprios de Previdência Social. Revista RPPS do Brasil. Disponível em: <<https://www.revistarppsdobrasil.com.br/caracteristicas-dos-regimes-proprios-de-previdencia-social/>> Acesso em: 16 de junho de 2024.

Prefeitura Municipal de General Sampaio. Resumo Financeiro dos anos 2013 a 2018. Disponíveis no Sistema ASPEC de contabilidade pública. Acesso em: 16 de junho de 2024.

Prefeitura Municipal de General Sampaio. Balancetes da Receita e Despesa dos anos 2019 a 2023. Disponíveis no Sistema SS de Contabilidade pública. Acesso em: 16 de junho de 2024.

VAZ, Levi Rodrigues. O Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial no Sistema Previdenciário Brasileiro. Direitos fundamentais e democracia, v. 6, 2009. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br>> Acesso em: 16 de junho de 2023.